



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício 2015

MISSÃO:

Garantir a excelência na prestação dos nossos serviços e maximizar valor para os acionistas.

VISÃO:

Ser a melhor empresa no setor em que atua sendo referência no desenvolvimento sustentável e transformando energia renovável em riqueza, com ética e transparência durante o período da concessão.

VALORES:

A mais alta *performance* combinada com os mais elevados padrões éticos, englobando: Comunicação clara e precisa; Gerenciamento em equipe, consistente e focados; Inovação criando valor sustentável.

LISTA DE SIGLAS

AGE - Assembléia Geral Extraordinária
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEFSC - Complexo Energético Fundação Santa Clara
CERs - "Certified Emission Reduction"
CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
COPEL - Companhia Paranaense de Energia
EBITDA - Earnings Before Interest, taxes, depreciation and Amortization
GTCA - Grupo de Estudos sobre o Resgate de Carbono e Commodities Ambientais
GSF - "Generation Scaling Factor"
IFRS - "Internacional Financial Reporting Standards"
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia
O&M - Operação e manutenção
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PAC - Processo Administrativo de Contratação
PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PL - Patrimônio Líquido
RCE - Redução Certificada de Emissões
SOX - Sarbanes Oxley
SPE - Sociedade de Propósito Específico
UHEs - Usinas Hidrelétricas
UBP - Uso do Bem Público
VCUs - "Voluntary Carbon Units"

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA.....	5
2. PERFIL DA COMPANHIA.....	7
2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	8
4. INVESTIMENTOS	9
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	9
5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA.....	10
5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11
5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	11
5.3.1. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES DO MCP NA CCEE.....	12
5.4. LUCRO LÍQUIDO	12
5.5. MARGEM LÍQUIDA	13
5.6. EBITDA	13
5.7. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO	14
5.8. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	14
5.9. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	16
5.10. ENDIVIDAMENTO.....	17
5.11. RENTABILIDADE	17
6. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	18
7. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D).....	19
8. EMISSÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO	21
8.1. REDUÇÃO DE EMISSÃO CERTIFICADA - CERTIFIED EMISSION REDUCTION (CER)	21
9. ÁREA JURÍDICA	21
10. RECURSOS HUMANOS	22
11. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	23

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Prezados Acionistas,

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão SA., em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis da Companhia, elaboradas conforme Legislação Societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano. Apesar da redução do valor máximo do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados, a situação de déficit na alocação de energia - GSF, permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos. Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob o risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Naquela ocasião, a principal condição para a repactuação do risco hidrológico apresentada, foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias. Em 08 de dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 688 foi convertida na Lei nº 13.203, mantendo praticamente o mesmo texto apresentado na MP. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a resolução normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuidade e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes,

de forma proporcional ao nível de proteção do Risco Hidrológico desejado. Em 23 de dezembro de 2015, após manifestação do Conselho de Administração, a Elejor solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrológico, visto que, era a opção mais vantajosa para a companhia. Após a manifestação da empresa, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio do despacho nº 043/2016.

Apesar deste cenário desafiador para o setor elétrico brasileiro, a Elejor obteve, em 2015, robusto resultado operacional, a geração de energia das UHEs Santa Clara e Fundão superou sua Garantia Física em 31,3%, totalizando 177,9 MW médios, enquanto que as PCHs repetiram o resultado do ano anterior, superando sua Garantia Física em 0,30%, totalizando 5,1 MW médios.



Reinhold Stephanes Junior
Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) constituída para implantar e explorar o CEFSC (Complexo Energético Fundão Santa Clara) no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O CEFSC é constituído pelas UHEs Santa Clara e Fundão e pelas PCHs Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW e garantia física total de 140,3 MW médios.

A Concessão de Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), celebrado em 25 de outubro de 2001. As autorizações para a exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções da ANEEL nº 757 e 753, respectivamente, de 18 de dezembro de 2002.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Candói e a UHE Fundão nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, ambas na região centro-sul do Estado do Paraná.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2015, estava composto de 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 08 de novembro de 2011, distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	Valor em milhares	Participação no Capital
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 1 – Composição acionária e capital social

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2015 foi gerado o montante de energia bruta de 1.602.513 MWh (183 MW médios), o que representa 30% acima da garantia física. O índice de disponibilidade médio das UHE's foi de 97,05%, enquanto das PCH's foi de 97,09%.

O aumento da energia gerada tem como motivo os altos índices de chuvas registrados na região SUL e o comprometimento com a Manutenção Preventiva das Usinas.

UNIDADES		ENERGIA - MW médios					
UHE's	POTÊNCIA INSTALADA	GARANTIA FÍSICA	GERADA				
			2011	2012	2013	2014	2015
Santa Clara	120,2	69,6	85,6	57,9	85,0	83,3	88,0
Fundão	120,2	65,8	79,0	59,4	82,9	85,5	89,9
Total	240,3	135,4	164,6	117,3	167,9	168,7	177,9
PCH's							
Santa Clara	3,6	2,8	3,0	3,1	3,1	3,0	2,9
Fundão	2,4	2,1	2,3	2,2	2,1	2,1	2,2
Total	6,0	4,9	5,3	5,3	5,2	5,1	5,1
TOTAL CEFSC	246,3	140,3	169,8	122,6	173,1	173,8	183,0

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 2 – Energia Gerada versus Garantia Física



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 1 – Energia Gerada versus Garantia Física - MWm

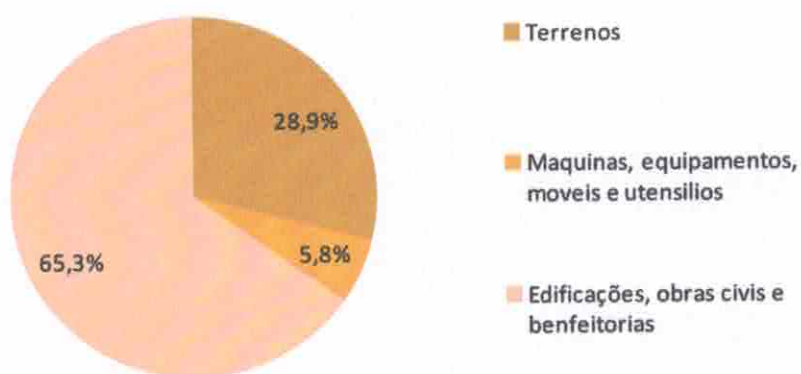
**GERAÇÃO DE ENERGIA
17,2% ACIMA DA
GARANTIA FÍSICA NOS
ÚLTIMOS CINCO ANOS**

A média da energia gerada nos últimos cinco anos é de 164,5 MW médios, contra 140,3 MW de energia assegurada, apresentando uma geração percentualmente superior em 17,2% em relação à Garantia Física.

4. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO DE R\$ 1.301 mil

Os investimentos em 2015 somaram R\$ 1.301 mil, valor superior ao investido em 2014 (R\$ 492 mil).



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 2 – Distribuição de Investimento

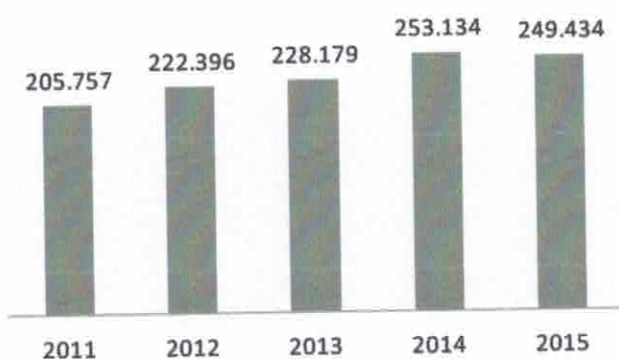
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômicos-Financeiros (R\$ mil)	2015	2014	Δ% 15 -14
Receita Operacional Bruta	249.434	253.134	-1%
Tributos e Encargos com P&D	(11.715)	(11.930)	-2%
Receita Operacional Líquida	237.719	241.204	-1%
Custos e Despesas	(34.799)	(108.007)	-68%
LAJIDA (EBITDA)	202.920	133.197	52%
Depreciação e Amortização	(26.840)	(26.827)	0%
Resultado Financeiro Líquido	(108.490)	(77.506)	40%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.469)	(9.679)	153%
Lucro Líquido	43.121	19.185	125%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 3 – Desempenho Econômico Financeiro

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

REDUÇÃO DE 1,46% NA RECEITA BRUTA



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 3 – Receita Operacional Bruta – R\$ mil

Em 2015, a Receita Operacional Bruta obteve uma redução de 1,46% em relação a 2014, totalizando R\$ 249.434 mil. A redução decorre principalmente da opção de não vender a energia das PCHs e não ocorrência de energia secundária no MRE.

	R\$ mil	%
UHE Santa Clara	126.788	50,8%
UHE Fundão	119.865	48,1%
PCH Santa Clara	-	0,0%
PCH Fundão	-	0,0%
CCEE	2.781	1,1%
RCEs	-	0,0%
RECEITA BRUTA	249.434	100,0%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 4 – Distribuição da receita por unidade

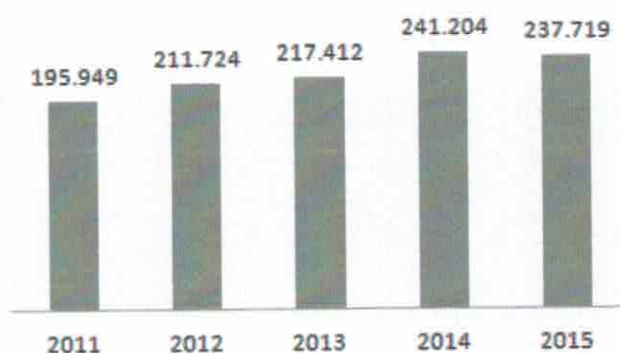
	2011	2012	2013	2014	2015	Var. 2015 / 2014
UHE Santa Clara	99.867	105.925	112.117	120.830	126.788	4,93%
UHE Fundão	94.415	100.142	105.996	114.233	119.865	4,93%
PCH Santa Clara	2.807	2.958	2.168	2.287	-	-
PCH Fundão	3.241	2.739	2.555	2.696	-	-
CCEE	5.427	9.485	5.343	13.088	2.781	-78,75%
RCEs	-	1.147	-	-	-	-
RECEITA BRUTA	205.757	222.396	228.179	253.134	249.434	-1,46%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 5 – Evolução da receita bruta, em mil

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

REDUÇÃO DE 1,4% DA RECEITA LÍQUIDA

Em 2015, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 237.719 mil, redução de R\$ 3.485 mil em relação a 2014.

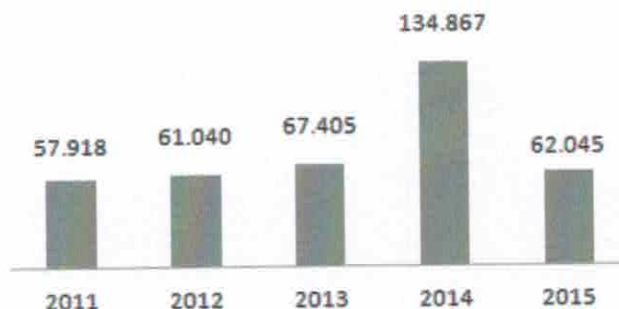


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 4 – Evolução da Receita Operacional Líquida

5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

REDUÇÃO DE 54% NOS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta redução decorre da recuperação de despesas de compra de energia junto a CCEE, em razão da repactuação do risco hidrológico.



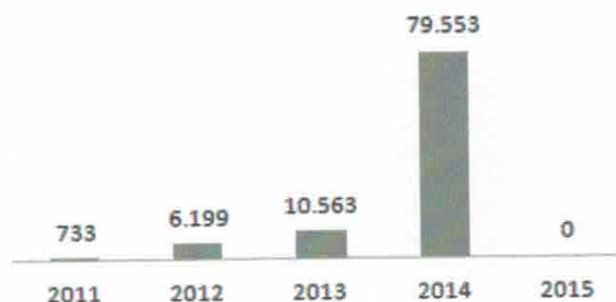
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 5 – Custos e Despesas Operacionais

5.3.1. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES DO MCP NA CCEE

	R\$ mil				
	2011	2012	2013	2014	2015
Vendas	5.427	9.485	5.347	13.088	5.010
(-) Pis / Cofins	198	346	195	478	182
Vendas líquidas	5.229	9.139	5.152	12.610	4.828
Compras	733	6.199	10.563	79.553	-
Líquido	4.496	2.940	(5.411)	(66.943)	4.828

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Vendas, compras e resultado MRE.

COMPRA DE ENERGIA NO MCP - R\$ Mil

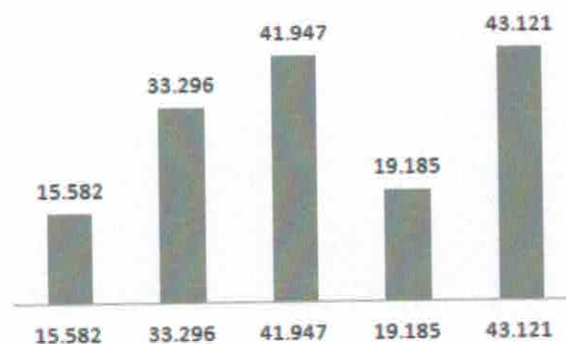


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 6 – Compra de energia junto a CCEE 2014.

5.4. LUCRO LÍQUIDO

**AUMENTO DE
124,7 % NO LUCRO
LÍQUIDO**

O lucro líquido da ELEJOR apresentou um aumento de 124,7% em 2015 se comparado a 2014, ou seja, saiu de um montante de R\$ 19.185 mil para R\$ 43.121 mil.

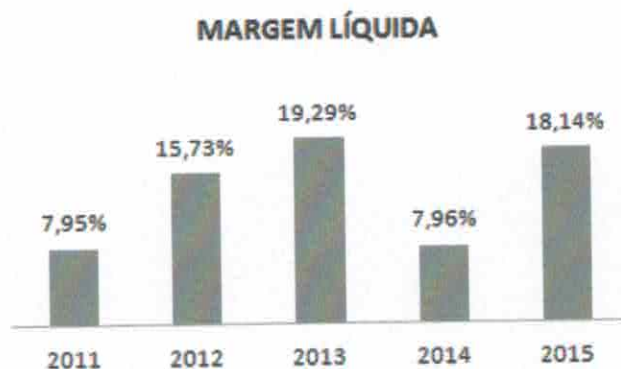


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 7 – Evolução do lucro líquido

5.5. MARGEM LÍQUIDA

**18,14% DE
MARGEM LÍQUIDA**

O lucro líquido no valor de R\$ 43.121 mil representou no exercício de 2015, 18,14% da receita operacional líquida e 17,9% da receita operacional bruta.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 8 – Evolução da margem líquida

5.6. EBITDA

**MARGEM
EBITDA DE 85,36%**

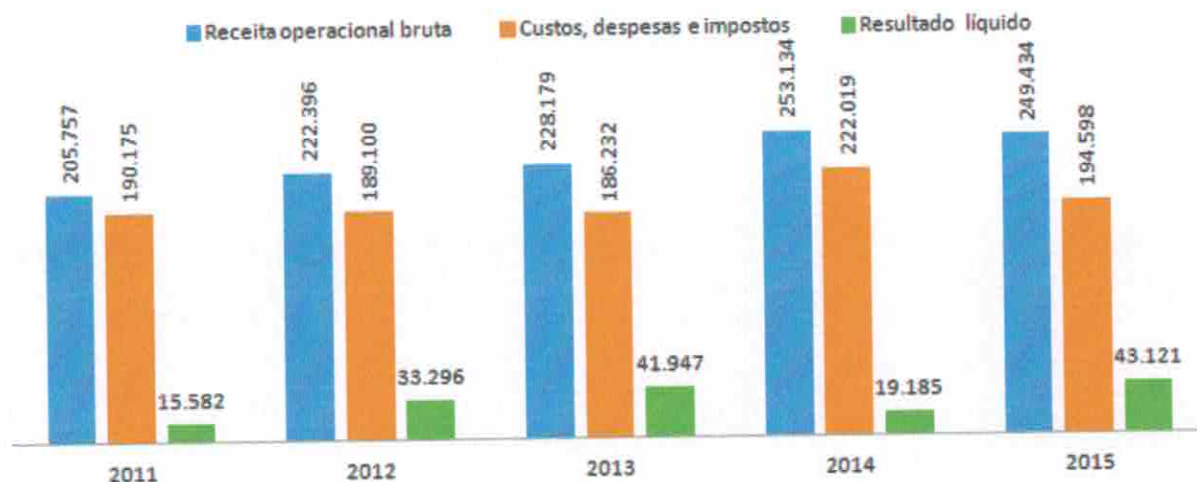
O valor do EBITDA somou R\$ 202.920 mil, que representou 85,36% da receita operacional líquida no período.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 9 – Margem EBITDA antes das Normas Internacionais de Contabilidade.

5.7. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

A lucratividade no ano de 2015 evoluiu 124,7%, em virtude da redução de custos, principalmente o GSF com a repactuação do risco hidrológico.

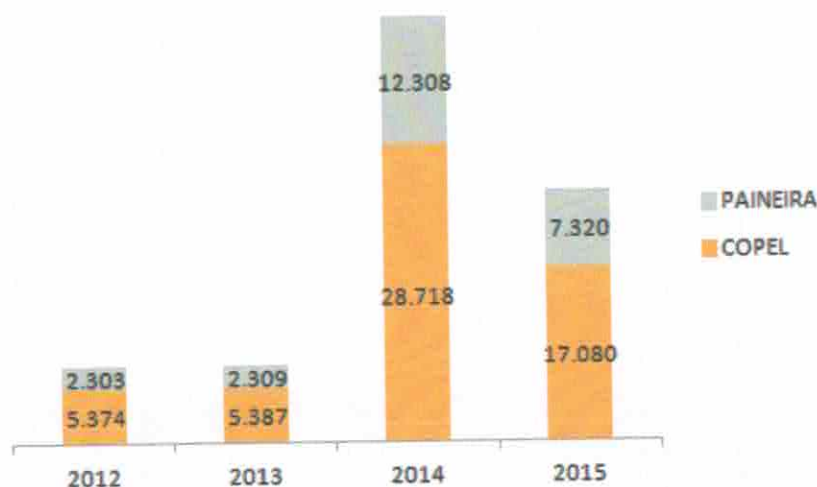


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 10 – Evolução dos resultados econômico-financeiros

5.8. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	TOTAL	COPEL	PAINEIRA
2012	7.677	5.374	2.303
2013	7.695	5.387	2.309
2014	41.026	28.718	12.308
2015	24.400	17.080	7.320
TOTAL	80.798	56.559	24.239

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 7 – Remuneração aos acionistas



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 11 – Distribuição de Dividendos – R\$ mil

Em 2015 a empresa pagou dividendos propostos de R\$ 24.400 mil, sendo R\$ 4.556 mil referente a dividendos mínimos obrigatórios (25%) do exercício 2014 e R\$ 19.844 mil, referente saldo de reservas de exercícios anteriores.

O lucro líquido do exercício 2015 foi de R\$ 43.121 mil. A Reserva Legal, tratada no art. 193 da Lei 6.404/76, limita-se a 20% do capital social, que no caso da companhia equivale a R\$ 7.100 mil ($R\$ 35.503 \times 20\%$), desta forma no ano corrente foram destinados para Reserva Legal apenas R\$ 1.600 mil, atingindo o limite legal.

Com base no art. 39 do Estatuto Social, à administração da Companhia propõem a distribuição de R\$ 10.380 mil, referente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6404/76, a título de dividendos obrigatórios.

O saldo remanescente do ano de 2015 no valor de R\$ 31.141 mil foi transferido para reservas de retenção lucros.

Com isso, o saldo de Reservas de Retenção Lucros, acrescido da Reserva Legal, superou em R\$ 2.738 mil o valor do capital social integralizado, excesso esse que deverá ser destinado pela Assembléia de Acionistas nos termos do art.199 da Lei 6.404/76.

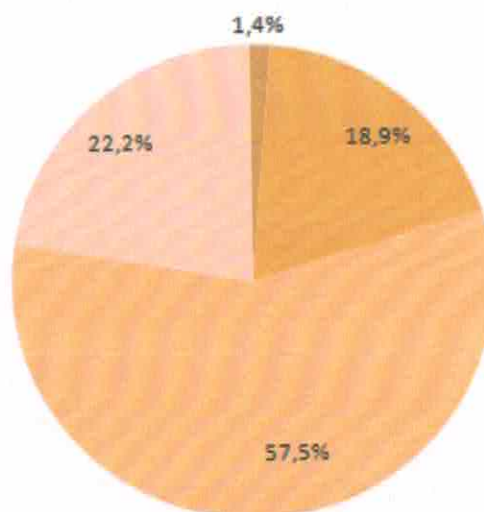
5.9. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia apurou R\$ 194.163 mil de Valor Adicionado Total, 54,4% maior que 2014, quando havia apurado R\$ 125.721 mil. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.

Distribuição do valor adicionado	2015	%	2014	%
Pessoal	2.747	1,4%	2.458	2,0%
Governo	36.665	18,9%	22.760	18,1%
Terceiros	111.630	57,5%	81.318	64,7%
Acionistas	43.121	22,2%	19.185	15,3%
Total	194.163	100,0%	125.721	100,0%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 8 – Distribuição do valor adicionado – R\$ mil

■ Pessoal ■ Governo ■ Terceiros ■ Acionistas

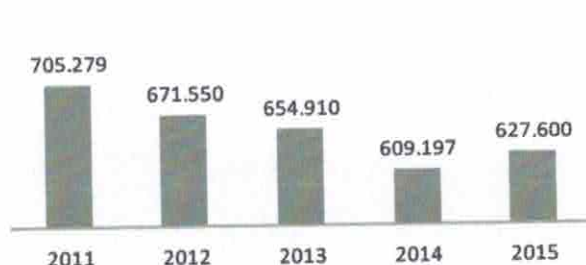


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 12 – Distribuição do valor adicionado.

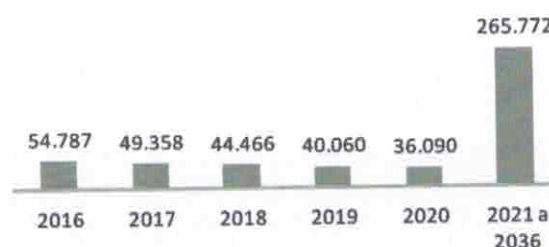
5.10 ENDIVIDAMENTO

AUMENTO DA DÍVIDA LÍQUIDA EM 3,0%

O endividamento líquido da companhia que no início do exercício era de R\$ 609.197 mil, ao término do ano de 2015 aumentou para R\$ 627.600 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 13 – Grau de endividamento líquido com UBP



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 14 – Cronograma do pagamento da Outorga / UBP (Valor Presente)

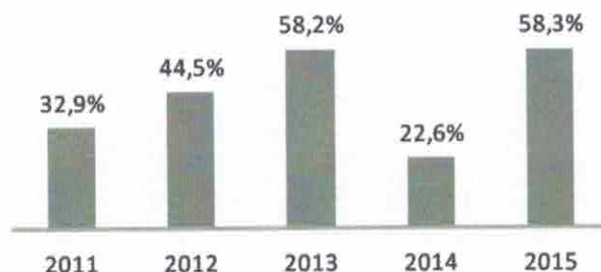
Em 2013 a companhia captou recursos, através da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 203.000 mil, com vencimento em setembro/2018 e custo nominal de CDI + 1% ao ano, utilizados integralmente na liquidação da dívida junto à controladora, o saldo devedor desta emissão de debêntures em 31/12/15 é de R\$ 111.516 mil.

Por fim a dívida com a UBP ajustada a valor presente que em 31/12/15, correspondia ao valor de R\$ 490.533 mil e destes R\$ 265.772 mil vencerão no período de 2021 a 2036. A dívida com a Concessão do UBP em 31/12/2015 representa 73,29% do passivo total da companhia.

5.11 RENTABILIDADE

GRAU DE RENTABILIDADE DE 58,3%

O grau de rentabilidade aumentou de 22,6% em 2014 para 58,3% em 2015, o índice é o resultado da divisão do Lucro Líquido R\$ 43.121 mil pelo Patrimônio Líquido R\$ 73.999 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 15 – Grau de rentabilidade

	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro líquido	15.582	33.296	41.947	19.185	43.121
Patrimônio líquido	47.385	74.862	72.019	84.815	73.999
ÍNDICE - PL	32,9%	44,5%	58,2%	22,6%	58,3%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Evolução do patrimônio líquido

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Comprometida com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população, desde a instalação do CEFSC a ELEJOR, por meio da sua política sócio-ambiental, assume a sua posição de agente social na discussão das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. E, como participante e estruturadora de iniciativas que foram ao encontro do interesse coletivo, dado o caráter de Utilidade Pública de seus empreendimentos no Rio Jordão, realizou estudos que demonstraram a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Dessa forma, a ELEJOR organizou suas ações, compôs uma equipe técnica e dividiu tarefas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, o que constituiu seu Programa de Gestão Ambiental. Esse Programa é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR e contempla um conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa desde a fase de implantação à operação do CEFSC.

Por meio da cooperação entre diferentes agentes tal política compartilha a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável não apenas com instituições de governo, mas também com a sociedade civil. Assim garante maior eficácia aos programas sociais e ambientais da Companhia.

7 PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)

A Elejor durante o ano de 2015, em cumprimento ao contido nas Leis 9.991/2000, 10.848/2004 e 11.465/2007, e em atendimento ao Contrato de Concessão de Geração n. 125/2001, investiu em 03 (três) projetos de (P&D), os quais são detalhados abaixo de acordo com seus objetivos e andamento:

1) Desenvolvimento experimental de controle modular para operação em paralelo de geradores savonius e painéis fotovoltaicos com conexão a rede 34,5Kv;

O objetivo deste projeto é a instalação de módulos de geração híbrida, compostos por aerogeradores do tipo Savonius e painéis fotovoltaicos, na barragem de uma usina. Cada conjunto terá a potência de cerca de 400 W, sendo que sua modularidade facilitará a expansão do sistema. Cada módulo contará com um condicionador de potência, desenvolvido para otimizar o funcionamento da geração híbrida. Será pesquisado e desenvolvido um microinversor *grid-tie* para ser usado com cada módulo, que será conectado a um transformador elevador para a rede de 34,5 kV. O sistema de geração híbrida será conectado a rede AC, a qual supre o carregador do banco de baterias já existente na usina. Caso haja energia excedente, a mesma fluirá naturalmente para a rede elétrica. É prevista a pesquisa e implementação de comunicação entre os microinversores através da filosofia de rede mesh, utilizando PLC G3, objetivando a realização da proteção dinâmica, mantendo a segurança e evitando falhas no sistema elétrico.

Situação atual: os estudos dos retificadores terceira geração já foram concluídos e a compra dos aerogeradores já foi realizada, devendo ser instalados até junho deste

ano. O projeto prevê ainda, após a instalação dos geradores, mais 12 meses para estudo da operação conjunta com a rede de 34,5 kV.

2) Sistema de qualidade aplicado a segurança e durabilidade de concreto da barragem UHE Fundão;

Desenvolver e testar metodologias para o diagnóstico e reparo de manifestações patológicas na estrutura de concreto da barragem da UHE Fundão, ocasionadas por lixiviação, percolação e ataques químicos, do tipo alcalino, ou mesmo por íons sulfato e cloretos, consequentes dos próprios insumos ou externos a obra, a fim de prolongar manutenções não programadas; melhorar os critérios e materiais de reparo pelo emprego de nanomateriais e plasma a frio; e estender a vida útil do sistema, com mitigação do passivo ambiental.

Situação atual: a metodologia para proteção da barragem já foi definida, sendo que o projeto encontra-se, agora, na fase de coleta de dados para validação da metodologia. Este prazo está previsto para os próximos 12 meses.

3) Desenvolvimento de Metodologia de controle químico do bio fou ling em sistemas de resfriamento de Usinas Hidroelétricas.

Este projeto busca minimizar os impactos causados pelo biofouling através do maior conhecimento de sua composição e das características das espécies incrustantes e do aperfeiçoamento de metodologias de controle químico dentro dos sistemas de resfriamento.

Situação atual: a metodologia para defesa dos sistemas de resfriamento do CEFSC já foi finalizada e submetida à aprovação do IAP – Instituto Ambiental do Paraná. Uma vez aprovada por esse Órgão Ambiental, a injeção do NaOH (Hidróxido de Sódio) será aplicada para controle da lama ferruginosa e do mexilhão dourado.

8 EMISSÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

A ELEJOR iniciou o seu projeto de formação dos Créditos de Carbono em outubro de 2000, através da Circular nº 056/2000, que criou o Grupo de Estudos sobre o Resgate de Carbono e Commodities Ambientais (GTCA), integrado ao Conselho de Meio Ambiente da COPEL.

8.1. REDUÇÃO DE EMISSÃO CERTIFICADA - CERTIFIED EMISSION REDUCTION (CER)

Os CERs são um ativo de suma importância para o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em prol das reduções dos Gases de Efeito Estufa, porém o momento é de retração do mercado global, devido à oferta em excesso decorrente principalmente da falta de ambição nas metas nacionais de corte nas emissões de gases do efeito estufa, motivo pelo qual não foi levado a efeito negociações durante 2015. O momento é de observação para identificar um melhor momento para negociar esses papéis.

9 AREA JURÍDICA

Em 2015 a ELEJOR deu continuidade ao controle de contingências da empresa, sem registro de novos processos na área trabalhista, e com apenas uma nova demanda na área cível, ainda em fase instrutória, mantendo-se significativo avanço na fase conclusiva das medidas expropriatórias então propostas para a construção do Complexo Energético Fundão Santa Clara.

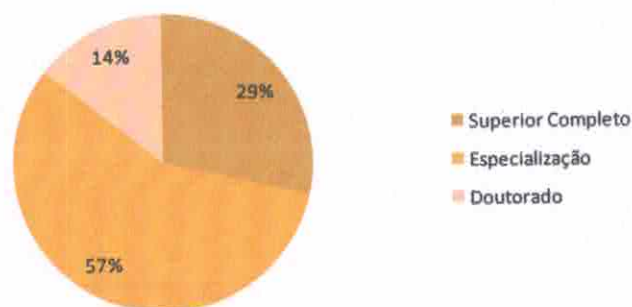
A Companhia compõe o pólo ativo e/ou passivo de poucos processos judiciais, em diferentes tribunais e instâncias. Salvo a ressalva acima, esse número não se modificou em 2015. A administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião dos seus assessores legais.

A ELEJOR não responde a nenhum processo, contencioso ou administrativo, na seara ambiental e figura em apenas um processo administrativo instaurado pela ANEEL, ainda em fase recursal, em razão da imposição de penalidade ante ao não cumprimento dos procedimentos de rede, em especial o submódulo 2.7, do ONS – Operador Nacional do Sistema.

Consigna-se, outrossim, que no ano de 2015 foram elaborados pelo setor jurídico interno da empresa, diversos pareceres e estudos vinculados à análise prévia de procedimentos administrativos de contratação, oriundos de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade – nos exatos enquadramentos e permissivos legais.

10 RECURSOS HUMANOS

Os sete colaboradores da ELEJOR dividem-se entre a carreira administrativa e técnica, distribuídos conforme seu plano de cargos e salários, todos possuem formação superior e são motivados ao constante desenvolvimento profissional, para isso a companhia utiliza de benefícios como o auxílio educação, previsto no acordo coletivo de trabalho e do custeamento da participação em cursos, eventos e *workshops* relevantes para empresa.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 16 – Formação dos Colaboradores

11 DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Diretoria Executiva

Reinhold Stephanes Júnior (Diretor Presidente)

Cleverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)

Conselho de Administração

José Lupion Neto (Presidente)

Alexandre Radtke

Daniela Gonini de Matos Leão

Fabíola Roberti Coneglian

José Carlos Golin

Sérgio Luiz Lamy

Severino José Folador

Conselho Fiscal

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Adriano Fedalto

Vinicius Luiz Gapski

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2015

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS	10 a 27
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	28 e 29
9 PARECER DO CONSELHO FISCAL	30

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		75.004	59.733
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	41.655	28.732
Clientes	4.2	21.187	20.885
Outros Créditos	4.3	2.951	1.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.4	-	7.424
Outros Tributos Correntes a Recuperar	4.5	-	838
Despesas Antecipadas	4.6	9.211	114
NÃO CIRCULANTE		668.250	668.281
Realizável a Longo Prazo		46.071	28.836
Depósitos Judiciais	4.7	52	31
Tributos Diferidos	4.8	27.374	28.805
Despesas Antecipadas	4.6	18.645	-
Imobilizado	4.9	431.693	448.669
Intangível	4.10	190.486	190.776
TOTAL DO ATIVO		743.254	728.014

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		165.643	133.212
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.11	181	49
Fornecedores	4.12	4.551	21.429
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.13	19.799	8.380
Outras Obrigações Fiscais	4.14	1.852	1.683
Debêntures	4.19	40.490	40.490
Dividendos a Pagar	4.15	34.094	4.556
Concessão de Uso de Bem Público	4.16	57.947	51.447
Pequisa e Desenvolvimento	4.17	4.900	3.992
Outras Contas a Pagar	4.18	1.829	1.186
NÃO CIRCULANTE		503.612	509.987
Imp. Renda e Contr.Social Diferidos	4.8	-	132
Debêntures	4.19	71.026	111.550
Concessão de Uso de Bem Público	4.16	432.586	397.904
Provisões para Litígios	5	-	401
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.999	84.815
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	255
Reserva Legal	6.2	7.100	5.500
Reserva de Retenção de Lucros	6.4	31.141	43.557
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		743.254	728.014

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	237.719	241.204
(-) Custos Operacionais	9	(57.478)	(130.716)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		180.241	110.488
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.161)	(4.118)
Despesas Administrativas	10	(4.567)	(4.151)
Outras Receitas	10	406	33
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		176.080	106.370
RESULTADO FINANCEIRO		(108.490)	(77.506)
Receitas financeiras	10	2.928	3.608
Despesas financeiras	10	(111.418)	(81.114)
LUCRO OPERACIONAL		67.590	28.864
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.469)	(9.679)
Imposto de Renda	4.13	(16.956)	(6.090)
Contribuição Social	4.13	(6.214)	(2.290)
Imposto de Renda - Diferido	4.8	(955)	(955)
Contribuição Social - Diferida	4.8	(344)	(344)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		43.121	19.185
<i>Lucro líquido por ação - em reais</i>		<i>0,715</i>	<i>0,318</i>

" As notas explicativa integram as demonstrações contábeis "

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		43.121	19.185
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Operações com Créditos de Carbono	6.3	-	(2.776)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.8	-	944
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	(1.832)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		43.121	17.353

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2014		35.503	2.088	4.541	29.887	-	72.019
Lucro do exercício		-	-	-	-	19.185	-
Outros resultados abrangentes							
Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	4.9	-	(1.833)	-	-		(1.833)
Resultado abrangente total do exercício			(1.833)	-	-	19.185	17.352
Destinação proposta à A.G.O.							
Reserva legal	6.2	-	-	959	-	(959)	-
Dividendos propostos	4.16	-	-	-	-	(4.556)	(4.556)
Retenção de lucros	6.4	-	-	-	13.670	(13.670)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		35.503	255	5.500	43.557	-	84.815
Dividendos à distribuir com lucros retidos - 48ª A.G.E.					(43.557)		(43.557)
Lucro do exercício		-	-	-	-	43.121	43.121
Destinação proposta à A.G.O.							
Reserva legal	6.2	-	-	1.600	-	(1.600)	-
Dividendos propostos	4.15	-	-	-	-	(10.380)	(10.380)
Retenção de lucros	6.4	-	-	-	31.141	(31.141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		35.503	255	7.100	31.141	-	73.999

" As notas explicativas integram as demonstrações contábeis "

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		43.121	19.185
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.9	18.269	18.258
Amortização de intangível - Concessão	4.10	8.571	8.569
Variações monetárias não realizadas	10	93.073	61.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.8	1.299	1.299
Resultado da baixa de imobilizado		8	-
Resultado da Repactuação Risco Hidrológico	9	(39.369)	-
Provisões (reversões) para litígios	5	(401)	101
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.2	(302)	(1.535)
Outros créditos	4.3	(1.211)	(875)
Impostos de renda e contribuição social	4.4	7.424	(922)
Outros tributos correntes a recuperar	4.5	838	(65)
Despesas pagas antecipadamente	4.6	1	(30)
Caucões e depósitos vinculados		-	652
Depósitos judiciais	4.7	(21)	12
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.11	132	5
Fornecedores	4.12	(13.525)	19.883
Imposto de renda e contribuição social	4.13	11.418	(13.908)
Outras obrigações fiscais	4.14	169	33
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	4.16	(51.805)	(49.832)
Pesquisa e desenvolvimento	4.17	908	1.160
Outros valores a pagar	4.18	643	242
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		79.240	63.274
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.9	(1.301)	(492)
Adições no intangível	4.10	(8)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.309)	(492)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.15	(24.400)	(41.026)
Resgate de debêntures	4.19	(40.608)	(40.608)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(65.008)	(81.634)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		12.923	(18.852)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	28.732	47.584
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	41.655	28.732
Variação no caixa e equivalentes a caixa		12.923	(18.852)

"As notas explicativas integram as demonstrações contábeis"



ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	30/12/2015	31/12/2014		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	8	246.666	253.134		
Total		246.666	253.134		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	9	-	79.553		
Encargos de uso da rede eletrica	9	9.863	7.390		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	8.968	7.971		
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	10.167	9.014		
Outros insumos	9	-	298		
Total		28.998	104.226		
(=) Valor adicionado bruto		217.668	148.908		
(-) Depreciação e amortização					
	9 e 10	26.839	26.827		
(=) Valor adicionado líquido		190.829	122.081		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10	2.928	3.608		
Outras Receitas	10	406	32		
Total		3.334	3.640		
Valor adicionado a distribuir		194.163	125.721		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30/12/2015	%	31/12/2014	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10	1.994		2.247	
Planos previdenciarios e assistencial		-			
Benefícios	10	206		154	
Encargos sociais - FGTS	10	547		57	
Indenizações trabalhistas	10	-			
Participações nos lucros e/ou resultados		-			
Total		2.747	1,4	2.458	2,0
Governo					
Federal		36.651		22.745	
Estadual		3		5	
Municipal		11		10	
Total		36.665	18,9	22.760	18,1
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10	111.418		81.114	
Arrendamentos e aluguéis	10	212		204	
Total		111.630	57,5	81.318	64,7
Acionistas					
Dividendos propostos		10.380		4.557	
Lucros retidos na empresa		32.741		14.628	
Total		43.121	22,2	19.185	15,3
		194.163	100	125.721	100

"As notas explicativas integram as demonstrações contábeis"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Levantadas em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo findo em outubro de 2036 será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE - Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. No final de Janeiro/2016 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Caixa		4	3
Banco conta movimento		75	36
Aplicações financeiras de curto prazo		41.576	28.693
		41.655	28.732

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto ao Banco do Brasil, comprometidos a uma taxa mínima correspondente a 96% da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
COPEL Distribuição S/A		21.187	20.462
Ecom Energia Ltda.		-	423
		21.187	20.885

Descrição	Saldos vencidos em	31/12/15	31/12/14
Suprimentos		21.187	20.885
		21.187	20.885

4.3 Outros créditos

O valor de R\$ 2.951 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Serviços em Curso (*)		2.919	1.736
Adiantamento a empregados		1	-
Adiantamento a fornecedores		31	4
		2.951	1.740

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.4 Imposto de Renda e Contribuição Social

O valor a compensar relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa, está assim distribuído:

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		-	4.623
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL		-	2.801
		-	7.424

Os valores pagos por estimativa em 2015 foram reclassificados para o passivo circulante.

4.5 Outros Tributos Correntes a Recuperar

O grupo registra o imposto de renda retido na fonte incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras, bem como os tributos passíveis de compensação durante o exercício seguinte.

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
IRRF sobre Aplicações Financeiras		-	838
		-	838

Os valores retidos na fonte em 2015 foram reclassificados para o passivo circulante.

4.6 Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Curto Prazo			
Seguro das usinas		97	97
Seguro fornecedores de energia		16	16
Seguro sede administrativa		-	1
Repactuação do Risco Hidrológico		9.098	-
		9.211	114
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		18.645	-
		18.645	-

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEELNR. 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuído:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, à título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído assim:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível a amortizar a partir de 2019	R\$	8.273
(-) Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

4.7 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2014	31
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31
- Depósitos	21
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	52

4.8 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em

contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2015 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

	Saldo em 01/01/2014	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2014	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2015
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Patrimônio líquido	
Ativo não circulante							
RTT - Regime Tributário de Transição							
ICPC 01 - Contratos de concessão	30.104	(1.299)	-	28.805	(1.299)	-	27.506
(-) Créditos de Carbono							
CPC 38 - Instrumentos financeiros	(1.076)	-	944	(132)	-	-	(132)
Ativo diferido - LÍQUIDO	29.028			28.673			27.374

Em 2015, o valor de R\$ 132 foi reclassificado do passivo não circulante em relação ao exercício de 2014.

4.9 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Movimentação					Saldo em 31/12/15	
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.		Valor residual	Depreciação acumulada
GERAÇÃO	441.435	1.741	(17.899)	-	1	(461)	424.815	175.861
Em Serviço	427.868	508	(17.899)	-	1	-	410.476	175.861
Terrenos	4.637	376	(210) *	-	-	-	4.803	1.477
Reservatórios, barragens e adutoras	236.376	-	(9.599)	-	-	-	226.777	94.927
Edif., obras civis e benfeitorias	46.814	-	(1.894)	-	-	-	44.920	18.412
Máquinas e equipamentos	139.725	132	(6.159)	-	-	-	133.698	60.718
Móveis e utensílios	316	-	(37)	(1)	-	-	278	327
Em Curso	13.567	1.233	-	-	(461)	-	14.339	-
Terrenos	1.661	376	-	-	(376)	-	1.661	-
Edif., obras civis e benfeitorias	3	849	-	-	-	-	852	-
Máquinas e equipamentos	85	-	-	-	(85)	-	0	-
Material em depósito	2.658	8	-	-	-	-	2.666	-
Depósitos judiciais - Terras	9.160	-	-	-	-	-	9.160	-
TRANSM. / CONEXÃO	7.103	-	(347)	-	-	-	6.756	2.164
Em Serviço	7.103	-	(347)	-	-	-	6.756	2.164
Edif., obras civis e benfeitorias	16	-	(1)	-	-	-	15	10
Máquinas e equipamentos	7.080	-	(345)	-	-	-	6.735	2.150
Móveis e utensílios	7	-	(1)	-	-	-	6	4
ADM. CENTRAL	131	21	(23)	-	7	-	122	186
Em Serviço	131	21	(23)	-	7	-	122	186
Máquinas e equipamentos	13	21	(3)	-	-	-	31	5
Móveis e utensílios	118	-	(20)	(7)	-	-	91	181
	448.669	1.762	(18.269)	(8)	(461)	-	431.693	178.211
								609.904

(*) Amortização da conta terrenos em observância do Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

4.10 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no exercício de 2015, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Movimentação				SalDOS em 31/12/15		
		Adições	Amortiz.	Baixa	Capit	Valor	Amortiz.	Custo
GERAÇÃO	190.776	8.273	(8.569)	-	-	190.480	85.223	275.703
Intangível em Serviço	190.776	8.273	(8.569)	-	-	190.480	85.223	275.703
Concessão - Uso de Bem Público	187.266	-	(8.569)	-	-	178.697	85.223	263.920
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763	-	2.763
Créditos de Carbono	720	-	-	-	-	720	-	720
Repactuação Risco Hidrológico - (*)	-	8.273	-	-	-	8.273	-	8.273
Intangíveis	27	-	-	-	-	27	-	27
ADMINISTRAÇÃO	-	8	(2)	-	-	6	2	8
Intangível em Serviço	-	8	(2)	-	-	6	2	8
Softwares	-	8	(2)	-	-	6	2	8
Total	190.776	8.281	(8.571)	-	-	190.486	85.225	275.711

(*) Vide Nota 4.6

4.11 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Contribuições Previdenciárias Retidas		6	5
Imposto de Renda Retido na Fonte		54	44
Provisão de férias e 13º salário		121	-
		181	49

O valor de R\$ 121, relativo a provisão de férias e 13º salário foi reclassificado de Outras contas a pagar do exercício anterior.

4.12 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Mercado de curto prazo de energia – CCEE		4.997	20.991
Repactuação risco hidrológico GSF		(3.353)	-
Compra de energia - Mercado Livre		1.244	-
Encargos de uso da rede elétrica		800	-
Materiais e serviços		863	336
Meio ambiente		-	102
		4.551	21.429

4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ		14.650	6.090
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		5.149	2.290
		19.799	8.380

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido antes dos tributos	67.591	28.864
Ajustes ao lucro contábil	1.457	(3.418)
Adições de despesas indedutíveis	5.279	404
Despesas Indedutíveis	4.997	101
Incentivos fiscais	282	303
Exclusões de despesas dedutíveis	(3.822)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.822)	(3.822)
Lucro fiscal do período	69.048	25.446
IRPJ e CSLL Correntes	23.170	8.380
Alíquota efetiva	33,56%	32,93%

4.14 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Tributos retidos na fonte		170	128
Previdência Social INSS		51	44
FGTS		8	7
PIS e Cofins		1.623	1.504
		1.852	1.683

4.15 Dividendos à Pagar

A administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos no valor de R\$ 34.094 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2015, somado ao saldo da reserva de retenção de lucro de exercícios anteriores:

	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	43.121	19.185
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	(1.600)	(959)
Base de cálculo para dividendos	41.521	18.226
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.380	4.556
Dividendos propostos do exercício	10.380	4.556
Reserva de retenção de lucros:		
Transferência para dividendos a pagar - Passivo Circulante	43.557	-
Dividendos distribuídos da Reserva de retenção de lucros	(19.843)	-
Saldo de dividendos à pagar em 31/12/15	34.094	4.556

Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %	Dividendos propostos	
			31/12/15	31/12/14
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	23.866	3.189
Paineira Participações S/A	18.090	30%	10.228	1.367
	60.300	100%	34.094	4.556

4.16 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

Em 31/12/2015 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 252 (duzentas e cinquenta e duas) parcelas restantes até o término da concessão em outubro/2036, a valores nominais totalizava R\$ 1.212.058 mil, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 01/01/2014	49.686	388.546	438.232
Transferências	49.832	(49.832)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(30.832)	-	(30.832)
Variação monetária	1.761	59.190	60.951
Em 31/12/2014	51.447	397.904	449.351
Transferências	51.806	(51.806)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(32.806)	-	(32.806)
Variação monetária	6.500	86.488	92.988
Em 31/12/2015	57.947	432.586	490.533

Períodos	Valor nominal	Valor presente
2016	57.947	54.787
2017	57.947	49.358
2018	57.947	44.466
2019	57.947	40.060
2020	57.947	36.090
2021 a 2036	922.323	265.772
	1.212.058	490.533

4.17 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2015, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 01/01/15	157	78	3.757	-	3.992
Constituições	971	486	971	-	2.428
Juros SELIC	-	-	215	-	215
Recolhimentos	(958)	(479)	-	-	(1.437)
Conclusões	-	-	(298)	-	(298)
Em 31/12/15	170	85	4.645	-	4.900

4.18 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldo em	31/12/15	31/12/14
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.829	1.063
Provisão de Férias e 13º Salário		-	123
		1.829	1.186

As provisões de férias e 13.º Salário de 2015 foram reclassificadas para obrigações sociais e trabalhistas.

4.19 Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2015
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	111.516
Circulante							40.490
Não circulante							71.026

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela vincenda em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 01 de janeiro de 2014	40.490	152.066	192.556
Transferencias	40.391	(40.391)	-
Encargos	19.597	(125)	19.472
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(19.380)	-	(19.380)
Em 31 de dezembro de 2014	40.490	111.550	152.040
Transferencias	40.608	(40.608)	-
Encargos	17.848	84	17.932
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(17.848)	-	(17.848)
Em 31 de dezembro de 2015	40.490	71.026	111.516

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

Tendo em vista a análise de nossas assessorias jurídicas especializadas, constatamos a existência de processos relativos a ações de natureza “cível” com risco de perda classificado como “PROVÁVEL”, para os quais foram constituídas provisões que montam os valores:

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Ações cíveis		-	401
		-	401

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2015, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.100, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício corrente somado aos anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Retenção de Lucros

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição proposta (Nota: 4.15), propôs a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 31.141 do exercício 2015, para posterior aprovação através da AGO, bem como do valor de R\$ 2.738 referente ao excesso de reservas ao capital social nos termos do artigos 196 e 199, respectivamente da Lei 6404/76.

7. MENÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

7.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Ações trabalhistas		952	952
Ações cíveis		430	430
		1.382	1.382

7.2 Ações de Ordem Tributária

Com base em decisão liminar concedida em mandado de segurança impetrado em 16 de agosto de 2006, a qual foi confirmada por sentença transitada em julgado, a Companhia recolhe as contribuições para o PIS e COFINS com base no regime CUMULATIVO (3,65%), contrariando a pretensão da Receita Federal do Brasil, a qual através de resposta a consulta formal, havia mantido o entendimento de tributação pelo regime NÃO CUMULATIVO (9,25%).

Destaca-se que com o trânsito em julgado da decisão monocrática, que fora inclusive confirmada em todas as instâncias, o entendimento não poderá mais ser modificado e a Receita Federal do Brasil deverá acatar o regime CUMULATIVO adotado pela Companhia.

8. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Venda de Energia UHEs		246.653	235.062
Venda de Energia PCHs		-	4.984
Venda de Energia CCEE		13	13.088
Repactuação Risco Hidrológico		2.768	-
Receita Bruta		249.434	253.134
Contribuição para PIS		(1.654)	(1.695)
Contribuição para COFINS		(7.633)	(7.823)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.428)	(2.412)
Deduções da Receita Bruta		(11.715)	(11.930)
RECEITA LÍQUIDA		237.719	241.204

9. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Materiais		(238)	(129)
Serviços de Terceiros		(10.383)	(7.672)
Depreciação		(18.246)	(18.238)
Amortização		(8.571)	(8.569)
Seguros		(522)	(509)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(8.968)	(7.971)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(561)	(465)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(9.863)	(7.390)
(*) Compra de Energia CCEE		(21.949)	(79.553)
(*) Compra de Energia - Mercado Livre		(14.652)	-
(*) Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(11.148)	-
(**) Repactuação do Risco Hidrológico		47.749	-
Outros custos		(126)	(220)
		(57.478)	(130.716)

(*) Custos recuperados com a repactuação do risco hidrológico, nos termos da lei 13.203 de 8 de dezembro de 2015.

(**) Repactuação conforme Nota 4.6. Do valor de R\$ 50.517, R\$ 47.749 a título de recuperação de custos e R\$ 2.768 como outras receitas.

10. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Pessoal		(1.443)	(1.208)
Administradores		(1.513)	(1.446)
Material		(47)	(32)
Serviços de Terceiros		(626)	(574)
Depreciação		(23)	(20)
Arrendamento e Aluguéis		(213)	(204)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(481)	(490)
Provisões para litígios		-	(101)
Outras despesas		(220)	(75)
		(4.567)	(4.151)

b) Receitas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		2.884	3.483
Descontos obtidos		-	122
Juros e correções de tributos		44	3
		2.928	3.608

c) Despesas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Juros e encargos - debêntures		(18.018)	(19.828)
Encargos da concessão - UBP		(92.988)	(60.952)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(191)	(145)
Juros e correções - P & D		(215)	(184)
Despesas bancárias		(6)	(5)
		(111.418)	(81.114)

d) Outras Receitas

Descrição	Saldos em	31/12/15	31/12/14
Reversão de provisões		401	-
Recuperação de despesas		5	33
		406	33

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio Pago R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2015 a 11/04/2016	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	505	197.800
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 14/05/2015 a 14/05/2016	Risco Nomeado	Sede Administrativa - (Escritório Central)	2	813
POTENCIAL SEGURADORA S.A 01/01/2015 a 01/01/2016	Garantia Contratual	Contrato de compra Energia	16	3.664
Total			523	202.277

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 3319345/15299, com a Itau Seguros S.A.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar			23.869	3.189		
Acionista						
Paineira Participações S.A.						
Dividendos a pagar			10.229	1.367		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	21.187	20.462			246.653	235.062
Encargos do uso da rede			800		(9.863)	(7.390)
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção			708		(8.594)	(6.092)
Planejamento energético			58		(748)	(754)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(279)	(272)

13. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

14. GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	31/12/15		31/12/14	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	79	79	39	39
Aplicações financeiras	4.1	41.576	41.576	28.693	28.693
Recebíveis					
Clientes	4.2	21.187	21.187	20.885	20.885
Total dos ativos financeiros		62.842	62.842	49.617	49.617
Passivos financeiros					
Debêntures	4.19	111.516	111.516	152.040	152.040
Total dos passivos financeiros		111.516	111.516	152.040	152.040

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2015

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/15	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - B.Brasil	96,00	23/11/2015	13/11/2017	Custo amortizado	20.933	20.933
CDB - B.Brasil	96,00	22/12/2015	12/12/2017	Custo amortizado	20.612	20.612
CDB - Bradesco	96,50	21/07/2015	05/07/2018	Custo amortizado	31	31
					41.576	41.576

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures


As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.



Reinhold Stephanes Júnior
Diretor Presidente



Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro



Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR-024544/O-3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Conselheiros da

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa, e o valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Teste de Impairment

O ativo imobilizado e intangível da companhia tem peculiaridades inerentes às empresas elétricas do Brasil, uma vez que as usinas hidro-elétricas – UHE são exploradas por concessão onerosa de bem público, tudo conforme notas explicativas nºs 4.9 e 4.10. O teste de impairment foi realizado apenas pelo método do “Valor em Uso”, através da projeção do fluxo de caixa até 2036 (data final da concessão), método este que não apurou perda a reconhecer e contabilizar neste exercício.

Campinas, 29 de janeiro de 2016.



CRC2SP023856/O-1 “S” PR

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3 “S” PR

Sócio Responsável



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação dos lucros líquido e acumulados referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, STAFF auditoria & assessoria EPP, emitido sem ressalvas em 29 de janeiro de 2016, sobre essas demonstrações, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2016.



MAURO RICARDO MACHADO COSTA

Presidente



ADRIANO FEDALTO

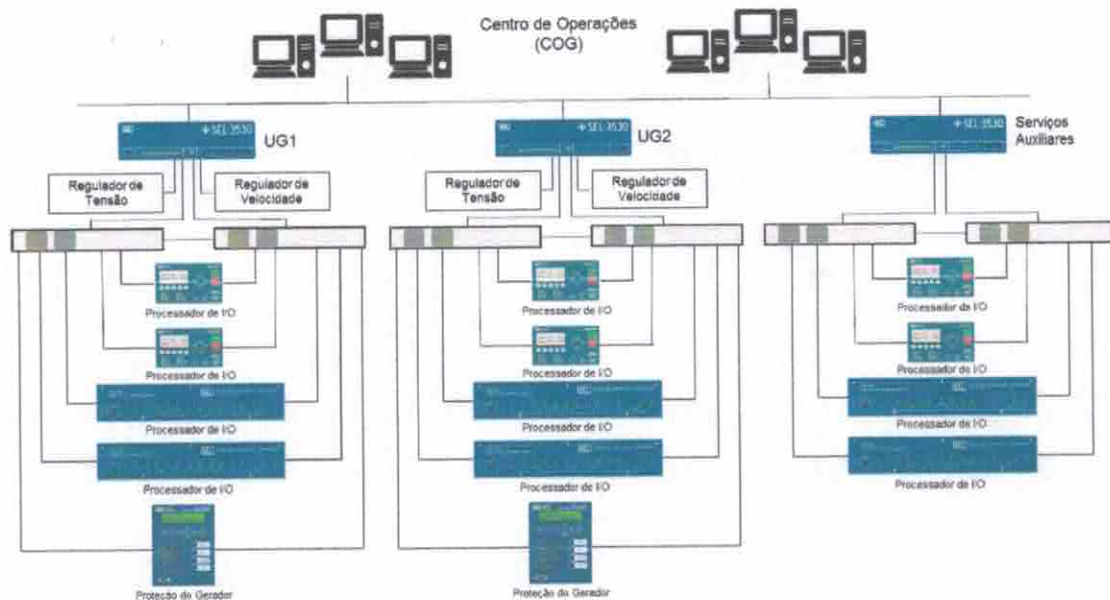
Conselheiro



VINICIUS LUIZ GAPSKI

Conselheiro





O Sequenciador de Eventos (SOE) é composto por unidades de aquisição remotas (UTR) que monitoram e registram eventos em um determinado sistema elétrico, com precisão menor do que 1 ms, com sincronização do relógio de tempo real interno e de acordo com os objetivos da otimização energética, da qualidade e da segurança operacionais.

O SOE instalado na ELEJOR, por defasagem tecnológica, deixou de atender os Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema (ONS), em especial ao submódulo 2.7, que trata sobre a Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. Por essa razão, a ELEJOR recebeu termos de notificação por parte da ANEEL (TN 058/2015 – UHE SCL e 060/2015 – UHE FND).

A atualização tecnológica para ambas as UHE's foi especificada segundo a disponibilidade atual de equipamentos, sendo que o investimento dessa adequação, resultando na melhor proposta de mercado, foi **R\$ 232.357,01** e cujo fornecimento foi da Schweitzer Engineering Laboratories (SEL), única que atendia à especificação técnica.

O procedimento administrativo de contratação foi instaurado e conduzido conforme permissivo legal da inexigibilidade de licitação. Colocada a matéria em discussão, deliberou-se ratificar, por unanimidade e para todos os fins estatutários, os atos realizados pela Diretoria Executiva da empresa, destinados a viabilizar a contratação acima explanada.

DENOMINAÇÃO	2015 REALIZADO	2015 ORÇADO	2016 ORÇADO
ENTRADAS	254.250.050	249.729.982	275.469.839
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CCEE) - MCP - PLD R\$100,00 / MWh	5.012.786	0	9.574.560
VENDA DE ENERGIA UHE'S SCL / FD	245.927.453	247.273.922	263.609.816
VENDA DE ENERGIA PCH'S SCL/FD	423.256	423.244	0
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.884.075	2.032.815	2.275.462
SAÍDAS	-241.305.641	-248.562.653	-289.379.830
TRIBUTOS	-13.064.445	-19.477.612	-38.490.334
GASTOS OPERACIONAIS	-143.486.746	-131.796.486	-116.560.270
GERAÇÃO	-82.717.515	-81.964.878	-90.015.578
MATERIAIS DIVERSOS - O & M	-257.764	-313.094	-627.630
PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	0	0	-200.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-9.426.109	-9.863.720	-10.339.772
SEGUROS	-504.695	-523.000	-488.393
UBP ANEEL	-51.805.052	-51.675.421	-56.000.043
PESQUISA E DESENV (P&D)	-2.696.892	-2.406.653	-2.648.425
COMP FINAC UTILIZ REC HIDRICOS	-8.202.326	-8.076.611	-8.960.315
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	-561.680	-589.759	-627.672
ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA - TUSD-G	-9.063.017	-8.516.021	-10.123.328
ADMINISTRAÇÃO	-4.430.194	-5.117.676	-5.838.624
PESSOAL	-1.460.279	-1.564.933	-1.950.329
ADMINISTRADORES	-1.479.167	-1.639.029	-1.717.611
MATERIAL	-34.241	-48.077	-52.519
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-1.174.367	-1.590.397	-1.807.213
ARRENDAMENTOS E ALUGUEIS	-209.771	-216.972	-229.662
SEGUROS	-17.893	-2.000	-16.000
ESTAGIARIOS	-54.470	-56.289	-62.289
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-66.348.036	-44.712.931	-22.799.073
OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA - CCEE	-42.940.635	-31.353.863	-6.600.000
OPERAÇÕES C/ ENERGIA ELÉTR-OUTROS FORNEC (VOTENER)	-13.407.401	-13.359.068	-16.109.073
DESPESAS FINANCEIRAS	-198.477	-128.554	-298.282
DIVIDENDOS	-24.400.000	-24.400.000	-60.000.000
COPEL PARTICIPAÇÕES S/A	-17.080.000	-17.080.000	-42.000.000
PAINEIRAS PARTICIPAÇÕES	-7.320.000	-7.320.000	-18.000.000
INVESTIMENTOS	-1.683.655	-12.270.260	-13.620.223
COMPLEXO ENERGÉTICO FUNDAÇÃO SANTA CLARA	-1.674.694	-12.256.000	-13.681.223
TERRENOS	-445.309	-6.000.000	-6.632.350
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITÓRIAS	-838.384	-6.250.000	-5.687.240
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-277.168	0	-1.135.000
ALMOXARIFADO-PEÇAS SOBRESSALENTES: ELETROMECÂNICOS	-8.055	-6.000	-6.632
ALMOXARIFADO-OUTROS	0	0	-120.000
ADMINISTRAÇÃO / SEDE ELEJÓR	-8.961	-20.260	-39.000
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0	-7.849	-34.000
MOVEIS E UTENSÍLIOS	-491	-12.411	-5.000
DEBENTURES - BB	-60.541.130	-60.474.741	-69.410.716
AMORTI. DEBENTURES	-40.608.120	-40.608.000	-40.608.000
JUROS DEBENTURES	-17.875.442	-19.800.162	-17.748.696
TAXAS DEBENTURES	-57.568	-66.579	-54.019
FLUXO DE CAIXA	REALIZADO 2015	ORÇADO 2015	ORÇADO 2016
SALDO DE CAIXA INICIAL	28.732.499	28.732.499	41.654.857
(+) TOTAL GERAL DE ENTRADAS	254.250.050	249.729.982	275.469.839
(-) TOTAL GERAL DE SAÍDAS	-241.305.641	-248.562.653	-289.379.830
(=) SALDO DE CAIXA FINAL	41.676.908	29.909.828	27.734.865

Lucro Líquido (R\$ MM) 2015			43.121
Reserva Legal	5%	≤ 20% do cap. soc.	(1.600)
Lucro Líquido após Reserva			41.521

Dividendos Mínimos Obrigatórios (Estatuto)	[A]	25%	(10.380)
Saldo da Reserva de Retenção de Lucros 2015	[B]		(31.141)
Saldo Lucros Retidos Acumulados e não distribuídos	[C]		(23.714)
Saldo da Reserva Legal Acumulada			(7.100)
Total Dividendos Propostos	[A + B + C]		(65.235)
Dividendos Pagos (fev/2016)			(5.000)

Ações Ordinárias	Participação	Distribuição 2016
COPEL	70%	(45.665)
PAINEIRA	30%	(19.571)